



**LEI Nº 3.150 DE 18 DE JUNHO DE 2025.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE PARA FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA**, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial ao orçamento vigente, no valor **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, para atender as despesas com pagamento da ajuda de custo do Programa de monitoria Educa Mais com recursos não vinculados de impostos – MDE.

**Parágrafo único.** A discriminação do crédito especial no caput deste artigo será assim distribuída:

**02.090 Secretaria Municipal de Educação**

**Rubrica:** 12 361 1003 2021 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – MDE

**Elementos de Despesa**

3390.93 – Indenizações e Restituições.....R\$ 400.000,00

**Fonte:** 15001001 Recursos não Vinculados de Impostos – MDE.

**Finalidade:** Liquidação da despesa com pagamento da ajuda de custo do Programa de monitoria Educa Mais com recursos não vinculados de impostos – MDE.

**Art. 2º** As modificações orçamentárias para viabilizar a execução das despesas serão determinadas mediante Decreto do Poder Executivo com a determinação de novas dotações orçamentárias e correspondente fonte de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO  
**GABINETE DA PREFEITA**

**Art. 3º** Para a cobertura do Crédito autorizado pelo artigo anterior serão usadas as fontes de recursos caracterizadas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.


**Parágrafo único** – Fica ainda o Poder executivo municipal autorizado a suplementar o referido projeto, caso seja necessário, nos moldes do artigo 42, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, bem como, nos limites do valor autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2025.

**Art. 4º** A estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da adoção das medidas previstas nesta lei, bem como, a declaração de adequação orçamentária e financeira estão contidos nos Anexos I e II, consoante determinação insita no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 5º** Fica ainda a Prefeita Municipal autorizado a realizar as modificações oriundas do referido crédito especial na LDO e PPA vigentes promovendo à compatibilização da ação ora proposta.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em 18 de Junho de 2025.**

  
**MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA**  
Prefeita Constitucional